

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Que sirva de exemplo

Depois de dois dias, o Exército decidiu defender o coronel Ricardo Sant'Anna, aquele expulso da comissão especial de transparência eleitoral. Embora os generais discordem da ideia de um coronel da ativa se expor nas redes sociais, a maioria deles concluiu que não seria possível aceitar que o TSE soltasse uma nota tão dura sem sequer telefonar aos militares para tratar do caso. A nota do Exército é para deixar registrado que não gostou da forma como um dos seus foi tratado e sem qualquer comunicação aos generais.

Geraldo, o curinga

Os petistas consideravam que o ex-governador Geraldo Alckmin seria crucial para auxiliar na conquista de eleitores no interior de São Paulo. Porém, desde que ele entrou no PSB e se juntou às fileiras de Lula, mais tarefas lhe são entregues. Até aqui, os aliados de Geraldo já listaram a igreja, o empresariado, o agro e por aí vai.

Nem Geraldo resolve

A contar pelo discurso do presidente da Confederação Nacional de Agricultura, João Martins, no Encontro do Agro, vai ser difícil. Ele disse, com todas as letras, que “não há espaço para uma equipe corrupta e incompetente”. No “retorno de um candidato processado e preso como ladrão”, mencionou.

Discretíssima

Não contem com gestos bruscos e espalhafatosos da presidente eleita do STF, ministra Rosa Weber. Mas isso não significa que será um mandato cor-de-rosa. A fala pausada e calma servirá para discursos firmes e enfáticos em defesa da democracia, se for necessário, ao longo do processo eleitoral.

Preocupação suprema

O reajuste salarial de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e servidores dos Judiciário vai virar uma dor de cabeça para os demais Poderes. Executivo e Legislativo não têm hoje orçamento para promover grandes reajustes salariais. No caso dos deputados, as apostas são as de que, depois das eleições, as excelências voltarão a Brasília prontas para votar o próprio reajuste salarial, a vigorar na próxima Legislatura, conforme a legislação em vigor.

Com tantas pressões por reajustes e tanto efeito cascata e, ainda, o pagamento dos auxílios, o governo, seja quem for o presidente eleito, será pressionado a ampliar os limites de recursos dos demais Poderes na hora de votar o Orçamento do ano que vem. Vale lembrar que as associações de classe do Judiciário haviam pedido um percentual maior para correção dos salários, mas o STF não aceitou por causa dos limites orçamentários. A solicitação dos magistrados indica que, para o próximo ano, a mobilização por aumento de limites orçamentários será forte.



CURTIDAS

Xandão, o relator/Os aliados do presidente Jair Bolsonaro ficaram estarelecidos ao ver que será Alexandre de Moraes o relator do pedido de registro da candidatura à reeleição. “com tantos ministros, tinha que sair logo o Xandão?”, comentou um amigo de Bolsonaro.

O discurso de Lyvia I/O lançamento do Caixa para Elas, em São Paulo, com a presença do presidente Jair Bolsonaro e da primeira-dama Michelle, foi marcado por um depoimento emocionante e duro sobre a realidade nua



e crua do abuso sexual infantil no Brasil. Lyvia Montezano (foto), esposa de Gustavo Montezano, foi ao palco e alertou para o problema, que o país desconhece o tamanho.

O discurso de Lyvia II/Lyvia foi vítima de abuso aos 5 anos. Ela hoje é uma ativista em defesa das crianças. “Os dados são alarmantes. Hoje, 60% das vítimas de estupro no Brasil são menores de 13 anos. Estima-se que apenas 10% dos casos são notificados”. Lyvia contou que, em viagem ao Amazonas, num abrigo, conheceu uma criança de 12 anos, que brincava com a própria filha de 3 anos. “Foi abusada por tantos que não sabia quem era o pai”, contou.

O discurso de Lyvia III/Numa das laterais do palco, a presidente da Caixa Econômica Federal, Daniella Marques, e a modelo Ana Hickmann mal contiveram as lágrimas, assim como boa parte da plateia de autoridades. “O relato que fiz aqui não é uma história de superação, nem de entretenimento. É um apelo para que este tema seja tratado com a gravidade com que merece. Grandes líderes, pensem no que podem fazer. Se a gente não começar hoje, vai ser quando? Se não formos nós, quem será?”, perguntou Lyvia.

PODER / Presidente Bolsonaro sanciona a LDO de 2023 sem previsão de recomposição salarial para servidores da PF, PRF, do Depen e da Abin. Categorias protestam contra a medida e alegam fortes perdas por causa da inflação

Sem reajuste para Segurança

» RAPHAEL FELICE

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou ontem, com 36 vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023. A lei que determina como a União irá gastar no próximo ano foi publicada no *Diário Oficial da União* (DOU), e os trechos vetados pelo poder Executivo passarão por uma análise conjunta de deputados federais e senadores em uma sessão do Congresso Nacional, ainda sem data definida.

Em um dos vetos, Bolsonaro retirou da LDO verbas previstas para realizar recomposições salariais e reestruturação de carreiras de categorias da área de segurança pública ligadas à União, que integram uma importante base eleitoral para o candidato à reeleição.

Apesar da mobilização no primeiro semestre, agentes da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), de carreiras de segurança pública do Distrito Federal e servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ficaram sem previsão de reajuste.

O governo justificou que já existe uma autorização para promover reestruturações de cargos e funções e recomposições ou reajustes para servidores públicos em 2023, e que a presença das medidas na LDO causariam “desequilíbrio” entre os órgãos responsáveis por gerir as carreiras. No entanto, a própria justificativa do veto publicada no DOU afirma que a avaliação sobre as carreiras da segurança pública merece maior atenção durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Também houve alteração em diárias pagas para as categorias durante missões ou viagens a trabalho. Segundo a LDO aprovada pelo Congresso, as diárias deveriam ser pagas no valor de 1/30 da remuneração mensal da respectiva carreira. A medida valia também para demais funcionários públicos vinculados a quaisquer dos Três Poderes.

Bolsonaro vetou a medida por entender que já há leis e decretos que garantem as diárias pagas a servidores da União em viagens a trabalho. A medida era uma reivindicação, por exemplo, da Polícia Federal, aliada do presidente da República. No primeiro semestre de 2022, policiais vinculados à União fizeram uma série de manifestações, pedindo recomposição salarial e também ajustes nas diárias.

Em nota, a União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis), manifestou “consternação” pelos vetos presidenciais às previsões de reestruturação de carreiras, correção salarial e provimento de cargos na Abin.

“A negociação para a inclusão dessa autorização ocorreu de modo transparente e inclusivo no âmbito do Congresso Nacional, e visava corrigir injustiças que já se acumulam há mais de uma década de perdas salariais significativas”, comentou a associação. “Ressaltamos que não recebemos qualquer aumento real há muitos anos, e que somente a inflação já corroeu nossa remuneração em cerca de 60% desde 2011”, posicionaram-se os servidores da agência. A Intelis ainda manifestou solidariedade às carreiras policiais que também tiveram vetados os reajustes por Bolsonaro.

Frente da Lealdade

Taísa Medeiros/CB/D.A Press



Um grupo de deputados da base bolsonarista no Congresso Nacional lançou, ontem, a Frente da Lealdade Acima de Tudo. Presidido pela deputada Carla Zambelli (PL-SP), o grupo tem o intuito de alinhar com candidatos ao Legislativo nos estados as pautas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), resumidas no lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. A deputada afirmou que o grupo será um impulsor para a campanha de todos, tanto nos estados quanto a nível nacional, para a reeleição do presidente. Todos os membros terão o mesmo número nas urnas, e poderão fazer campanhas alinhadas. “Queremos aumentar as chances não só de sermos eleitos, mas, quem sabe, de carregar votos para a chapa”, explicou Carla Zambelli.

Planalto mantém Orçamento secreto

Ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, o presidente Jair Bolsonaro manteve um dos pontos de maior questionamento por parte da oposição e especialistas nos últimos dois anos: as emendas do relator-geral do orçamento (RP-9).

O modelo de empenho de emenda parlamentar é conhecido também como Orçamento Secreto. O nome foi dado porque as RP-9 são empenhadas sem transparência nem critérios objetivos, de modo a favorecer aliados do governo e do Centrão.

O Executivo também vetou

um trecho que protegia universidades federais de mais cortes orçamentários. Segundo a proposta aprovada pelo Congresso, os recursos destinados a cada instituição de ensino superior não poderiam ser menores que os repassados em 2022 e deveriam ser corrigidos pela inflação.

Igualmente foi vetado artigo estabelecendo que, na hipótese de transferência de recursos do ente federado para execução de obras de responsabilidade da União, o montante equivalente deveria ser utilizado para abatimento da dívida com o Tesouro Nacional.

O governo alegou que a União já tem adotado, desde 2014, medidas que ofereceram alívio fiscal aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. “Assim, a situação fiscal dos entes subnacionais têm se mostrado satisfatória nos últimos exercícios. Ademais, existem mecanismos mais abrangentes que o ora proposto que permitem a compensação de créditos entre entes subnacionais.”

Outros itens do texto aprovado pelo Congresso permaneceram inalterados, como o salário mínimo. A previsão para a remuneração permanece em R\$ 1.294, com

correção inferior ao acumulado do IPCA. Também foram mantidas a inflação prevista de 3,3% pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), o crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e taxa básica de juros encerrando o ano em 10%.

No entanto, o presidente vetou um inciso que corrigia a meta de déficit primário pelo IPCA — a inflação oficial. Na justificativa do veto, o governo afirma que a correção traria incerteza sobre a meta fiscal. Sem a correção pela inflação, a meta fiscal do Brasil segue negativa, avaliada em R\$ 66 bilhões.